

Demonstrações Financeiras

Centro de Apoio Sócio Ambiental

31 de dezembro de 2012 e 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Condomínio São Luiz
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
Centro Apoio Sócio Ambiental

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Apoio Sócio Ambiental (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e orientações contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

- a) A Entidade, sem finalidade de lucro, obtém parte substancial de suas receitas por meio de doações de terceiros, que somente podem ser identificadas quando dos seus efetivos registros contábeis. Nossos exames nesta área abrangem, exclusivamente, o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários ou boletins de caixa.
- b) A Entidade não possui controles que possibilitem o cumprimento de todas as exigências de divulgação estabelecidas pela Resolução do CFC no. 1.40912 (ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros), tais como (i) segregação dos gastos incorridos entre os grupos de “custos” e “despesas”; (ii) renúncia fiscal relacionada com sua atividade, a qual deve ser evidenciada nas demonstrações financeiras como se a obrigação devida fosse; (iii) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador; (iv) identificação da existência de trabalho voluntário e sua quantificação nas demonstrações financeiras.
- c) Não obtivemos resposta à solicitação de confirmação direta de saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira, com as instituições financeiras com as quais a Entidade possui transações. Caso tivéssemos recebido esta confirmação, as informações poderiam se refletir em ajustes ou divulgações adicionais, nas demonstrações financeiras.



Building a better
working world

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Apoio Sócio Ambiental em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às pequenas e médias empresas.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fábio Marchesini
Contador CRC-1SP244093/O-1

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		769	1.002
Títulos e valores mobiliários	3	782.158	723.391
		782.927	724.393
Não circulante			
Imobilizado		4.835	1.348
Total ativo não circulante		4.835	1.348
Total do ativo		787.762	725.741
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	4	20.000	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	5.815	8.864
		25.815	8.864
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais e administrativas	5	301.577	208.233
		301.577	208.233
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		508.644	402.207
(Déficit)/superávit acumulado		(48.274)	106.437
Total do patrimônio líquido		460.370	508.644
Total do passivo e patrimônio líquido		787.762	725.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas operacionais	6	1.353.930	1.388.022
Despesas com repasses a apoiados	7	(717.026)	(653.012)
Despesas administrativas e gerais	8	(727.023)	(678.905)
(Déficit)/superávit antes do resultado financeiro		(90.119)	56.105
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	52.181	57.902
(-) Despesas financeiras	9	(10.336)	(7.570)
		41.845	50.332
(Déficit)/superávit do exercício		(48.274)	106.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(Déficit)/superávit do exercício	(48.274)	106.437
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(48.274)	106.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	338.149	64.058	402.207
Incorporação de superávit ao patrimônio social	64.058	(64.058)	-
Superávit do exercício	-	106.437	106.437
Saldos em 31 de dezembro de 2011	402.207	106.437	508.644
Incorporação de superávit ao patrimônio social	106.437	(106.437)	-
Déficit do exercício	-	(48.274)	(48.274)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	508.644	(48.274)	460.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Das atividades operacionais			
(Déficit)/superávit do exercício		(48.274)	106.437
Provisão para demandas judiciais e administrativas	5	93.344	98.789
Rendimentos sobre aplicações financeiras - não resgatadas		(7.256)	(5.845)
Depreciação		743	150
Superávit ajustado		38.557	199.531
Decréscimo/(acrécimo) em ativos			
Créditos diversos		-	4.440
(Decréscimo)/acrécimo em passivos			
Fornecedores		20.000	(933)
Obrigações trabalhistas e tributárias		(3.049)	(4.781)
Outras contas a pagar		-	26
		16.951	(1.248)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		55.508	198.283
Das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.314.982)	(1.710.516)
Resgates de títulos e valores mobiliários		2.263.471	1.514.436
Aquisições de imobilizado		(4.230)	(1.498)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(55.741)	(197.578)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(233)	705
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1.002	297
No final do exercício		769	1.002
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(233)	705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Centro de Apoio Sócio Ambiental (“CASA” ou “Entidade”) é uma associação constituída em 26 de maio de 2006, sem fins lucrativos, com sede à Rua Itápolis nº 1.468, Pacaembu, São Paulo - SP.

A Entidade tem como atividades principais:

- a) Contribuir para o desenvolvimento sustentável, mediante a promoção da conservação ambiental, combate à pobreza, fortalecimento da democracia e da justiça, da valorização da paz e da dignidade e qualidade de vida, com ênfase nas iniciativas que se originam de grupos da sociedade civil, por meio de intermediação de financiamentos a fundo perdido a outras entidades da sociedade civil;
- b) Fortalecer organizações e iniciativas da sociedade civil mediante o desenvolvimento de programas de assistência técnica ou financeira, capacitação, treinamento e prestação de serviços, diretamente junto a organizações não governamentais congêneres, organizações da sociedade civil de interesse público, movimentos sociais, bem como, via instituições públicas e privadas, no campo do desenvolvimento sustentável;
- c) Apoiar o desenvolvimento e uso de sistemas de informação, tecnologias e mecanismos de difusão de experiências e iniciativas de grupos da sociedade civil que atuem no campo do desenvolvimento sustentável, da promoção social e da conservação e integridade ambiental;
e
- d) Contribuir para ampliar o diálogo e cooperação técnica, financeira ou institucional entre organizações de diversos setores da sociedade, incluindo organizações de direito público e de direito privado, com ou sem finalidades econômicas ou lucrativas, de forma a fortalecer as iniciativas da sociedade civil que lidam com as dimensões sociais e ambientais na promoção do desenvolvimento sustentável.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 19 de novembro de 2013

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em determinadas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem, principalmente, a análise dos riscos para determinação de provisões para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002) e as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o Real.

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras são como segue:

Apuração de superávit ou déficit

a. *Receitas e despesas*

As receitas de doações de terceiros para repasse a apoiados, oriundas de contratos de financiamentos a fundo perdido, e outras doações são reconhecidas pelo regime de caixa, conforme orientações contidas na ITG 2002, aplicável as entidades sem fins lucrativos, mediante documento hábil, quando do efetivo recebimento dos recursos. A Entidade avaliou suas receitas de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todas as operações de doações de repasse e outras doações.

As receitas financeiras são registradas pelo regime de competência.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

Apuração de superávit ou déficit--Continuação

b. *Despesas com repasses a apoiados, despesas administrativas e gerais*

As despesas são registradas de acordo com o regime de competência. Os gastos incorridos com repasses são apropriados ao resultado no momento da formalização do contrato de apoio, que se assemelha a data de transferência efetiva dos recursos.

Caixas e equivalentes de caixa

Correspondem a depósitos bancários a vista, aplicação financeira com liquidez imediata (quando aplicável) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras adquiridas com o objetivo de serem negociadas frequentemente e de forma ativa, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados, sobre esses títulos, são reconhecidos no resultado.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução no valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício.

Impostos e contribuições

a. *Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)*

A Entidade, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

Impostos e contribuições--Continuação

b. *Programa para Integração Social (PIS)*

A Entidade, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

c. *Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)*

A Entidade, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

Provisões

a. *Geral*

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, com provável desembolso e com estimativas confiáveis dos valores envolvidos. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b. *Provisões para demandas judiciais e administrativas*

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais ou administrativas, para as quais seja provável uma saída de recurso para liquidar a obrigação e possua uma estimativa razoável de valor envolvido. A avaliação da probabilidade de perda, quando aplicável, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

a. *Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

a. *Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração--Continuação*

Os ativos financeiros da Entidade incluem substancialmente caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

b. *Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, quando aplicável. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos (quando aplicável), são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3. Títulos e valores mobiliários

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	782.158	723.391

Os saldos mantidos em títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras remuneradas às taxas de juros entre 95% a 97% da variação do CDI, realizadas com instituições financeiras reconhecidas no mercado. As aplicações têm prazos de vencimentos originais para julho e novembro de 2016, porém, não possuem restrição de resgate.

4. Fornecedores

Os fornecedores são representados pelo saldo a pagar do contrato de auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2012. As parcelas tem vencimento previsto em até 6 meses.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Entidade contrata prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à sua operação e entende que este procedimento é normal em seu segmento de mercado. Contudo, a fim de resguardar-se de possíveis interpretações divergentes que podem ser manifestadas pelas autoridades previdenciárias, a Entidade constitui provisão para contingências relacionadas ao referido assunto.

Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade mantinha provisão para demandas judiciais e administrativas, no montante de R\$ 301.577 (R\$ 208.233 em 2011), associada aos riscos da contratação de prestadores de serviços, incluindo prováveis desembolsos com encargos previdenciários, correspondentes.

Adicionalmente, a Administração estima outros R\$ 490.146 (R\$387.888 em 2011) com demandas judiciais e administrativas com risco possível de perda, relacionadas ao mesmo assunto comentado anteriormente, para as quais não foi registrada provisão, obedecendo ao que determina o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A movimentação da provisão para demandas judiciais e administrativas é como segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	208.233	109.444
Constituição de provisão	93.344	98.789
Saldo no final do exercício	301.577	208.233

6. Receitas operacionais

	2012	2011
Doações para repasse a apoiados	740.715	705.644
Outras doações	613.215	682.378
Total	1.353.930	1.388.022

Doação para repasse a apoiados

Os recursos são recebidos por meio de contratos de financiamento a fundo perdido, em sua grande maioria de fundações internacionais, cujos montantes são repassados pela Entidade a outras instituições sem fins lucrativos (Apoiados), para desenvolvimento de projetos sócio ambientais. Os financiamentos a fundo perdido não preveem devolução dos recursos durante ou ao final da vigência dos contratos.

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Receitas operacionais--Continuação

Outras doações

Essas doações são recebidas, das mesmas instituições responsáveis pelas doações para repasse a apoiados, com o objetivo de manter as atividades administrativas da Entidade.

As doações têm as seguintes origens:

Financiadores	2012		2011	
	Doação para repasse	Outras doações	Doação para repasse	Outras doações
GGF (a)	261.006	78.955	134.453	40.392
Flow Fund (b)	-	-	162.867	-
Fundo Sulamericano (c)	124.644	41.979	117.182	-
IAF (d)	-	101.178	190.565	218.167
MOTT (e)	120.300	255.838	-	273.362
Both ENDS (f)	177.265	135.265	73.279	120.650
ISA	57.500	-	-	-
Outros	-	-	27.298	29.807
Total	740.715	613.215	705.644	682.378

(a) GGF

Contratos de financiamento a fundo perdido firmados em novembro de 2008 com término em julho de 2013, com financiamento da GGF - Global Grengnants Fund ("GGF"). Os contratos com a GGF preveem liberações para repasse no montante total de US\$ 774.700 (R\$ 1.379.814, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo recebidos R\$134.453 e R\$261.00, nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente. Entre 2008 e 2012, os recursos foram repassados a 133 associações sem fins lucrativos, distribuídas em Estados brasileiros e em outros países da América do Sul, sendo R\$252.997, em 2011, e R\$340.052, em 2012 (vide Nota 7).

(b) Flow Fund

O Contrato com Flow Fund teve início em 2010 e tem como objetivo apoiar projetos sociais que visam o bem estar dos indivíduos. Em 2011 houve liberações para repasse no montante total de US\$ 99.980 (R\$ 162.867 convertidos as taxas de cambio da época), transferidos a 17 projetos (nota 7).

(c) Fundo Sulamericano

Financiamentos a fundo perdido realizados pelo Fundo Sulamericano, via GGF, firmados entre julho de 2008 e dezembro de 2012. Entre os exercícios de 2011 e 2012, os valores recebidos para repasse totalizavam US\$ 172.441 (R\$ 241.826 convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo R\$ 117.182, em 2011, e R\$ 124.644 em 2012. Os recursos foram repassados a 45 associações apoiadas, sendo R\$101.444, no exercício 2011, e R\$123.962, em 2012 (nota 7).

(d) IAF

O Contrato IAF teve início em setembro de 2009, com término em setembro de 2013. O valor destinado para repasse foi de US\$ 150.000 (R\$ 261.838, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), sendo recebido o montante de R\$190.565, no exercício de 2011, e o restante em 2010. Entre 2011 e 2012, os recursos foram repassados a 37 associações apoiadas, nos montantes de R\$92.559 e R\$137.594, respectivamente (nota 7).

(e) MOTT

O C. S. MOTT Foundation ("MOTT") realiza doações para repasse a Entidades desde em junho de 2012, o contrato de doação para repasse em vigor tem vencimento no exercício de 2014. Em 2012, houve uma liberação para repasse no montante US\$ 60.000 (R\$ 120.300, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação), dos quais R\$39.025 foram repassados a 2 associações apoiadas (nota 7).

(f) Both ENDS

Referem-se a teve início em 2011, com vigências até 2014. Entre os exercícios de 2011 e 2012, foram liberados para repasse o montante de €145.798 (R\$ 250.544, convertidos às taxas de câmbio da época de cada liberação). Durante o exercício de 2011, foram repassados R\$43.145 a uma associação apoiada (nota 7).

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Despesas com repasses a apoiados

Os repasses aos apoiados são realizados pela Entidade para desenvolvimento de projetos de cunho sócio ambiental. Grande parte dos repasses está limitado a R\$10.000, por projeto.

Os recursos têm como origens os contratos de financiamentos a fundo perdido relacionados a seguir:

Financiadores	2012	2011
GGF (nota 6)	(340.052)	(252.997)
Flow Fund (nota 6)	-	(162.867)
Fundo Sulamericano (nota 6)	(123.962)	(101.444)
IAF (nota 6)	(137.594)	(92.559)
MOTT (nota 6)	(39.025)	-
Both End (Nota 6)	-	(43.145)
ISA (Nota 6)	(57.591)	-
Outros	(18.802)	-
Total	(717.026)	(653.012)

8. Despesas administrativas e gerais

	2012	2011
Despesas com pessoal	(39.167)	(42.029)
Despesas serviços de terceiros (a)	(385.952)	(392.548)
Despesas com viagem e estadias	(139.408)	(98.028)
Despesas tributárias	(4.161)	(4.001)
Despesa com provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 5)	(93.344)	(98.789)
Outras despesas	(64.991)	(43.510)
	(727.023)	(678.905)

(a) Referem-se a assessorias administrativa, contábil e jurídica.

9. Resultado financeiro líquido

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	52.181	57.902
Despesas financeiras		
Despesas com tarifas bancárias	(5.010)	(2.162)
Juros passivos	(657)	(166)
Impostos sobre Operações Financeiras ("IOF")	(4.669)	(4.690)
Outras	-	(552)
	(10.336)	(7.570)

Centro de Apoio Sócio Ambiental

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade não possuía seguros contratados.

11. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Entidade possui recursos em conta corrente em montante considerado suficiente para honrar seus compromissos oriundos de suas operações.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2012 são:

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente têm seus valores justos corresponde aos saldos contábeis; e

Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa 3): os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, que têm seus valores justo corresponde aos saldos contábeis.

c) Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.